

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a partir de 30 de novembro de 2015.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

27 de janeiro de 2016. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

Nota curricular

Magda Sofia Marques Rodrigues.

Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas variante de Estudos Portugueses pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Realizou o estágio pedagógico no Ramo de Formação Educacional na Escola Secundária da Lousã.

Desempenhou funções de auxiliar de Ação Educativa na Aldeia de Crianças SOS da Guarda.

Entre 2007 e 2010 exerceu funções enquanto Subdiretora de Informação, Técnica de Produção e Revisão de Conteúdos e Técnica de Gestão e Administração na ADSI — Agência de Desenvolvimento para a Sociedade de Informação e Conhecimento.

De março de 2013 a junho de 2013 desempenhou funções como Secretária Pessoal no Gabinete da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Entre junho de 2013 e novembro de 2015 exerceu funções como Secretária Pessoal no Gabinete da Ministra da Agricultura e do Mar.

209334776

Despacho n.º 2509/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 3.º e nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo Chefe do meu gabinete a licenciada Ana Cristina Cascarejo Chéu.

2 — A designada fica autorizada a exercer as atividades referidas nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 3 do artigo 7.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a partir de 26 de novembro de 2015.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

27 de janeiro de 2016. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

Nota curricular

Ana Cristina Cascarejo Chéu, licenciada pela Universidade Lusitana do Porto, pós-graduada em Direito do Trabalho, advogada e empresária, ocupou funções como assessora parlamentar do Grupo Parlamentar do Partido Socialista nas Comissões Parlamentares de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Comissão de Segurança Social e Trabalho, Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuramento das Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, Comissão Parlamentar de Inquérito aos programas relativos à aquisição de equipamentos militares (*EH101, P-3 Orion, C295*, torpedos, *F-16*, submarinos, *Pandur II*), Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, e assessora do Ministro da Justiça do XVIII Governo Constitucional, entre outros cargos prévios.

209335018

Despacho n.º 2510/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 9 do artigo 4.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer funções de apoio técnico-administrativo no meu gabinete Maria Celeste Gonçalves Paulos, assistente técnica do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, com efeitos a partir de 26 de novembro de 2015.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos do n.º 14 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

2 de fevereiro de 2016. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

Nota curricular

Maria Celeste Gonçalves Paulos nasceu na freguesia de Alfaiates, concelho do Sabugal, distrito da Guarda, a 1 de dezembro de 1954. Possui como habilitações literárias o 12.º ano. Ingressou na função pública em 1 de outubro de 1973 e serviu sucessivamente em Lisboa, Ministério da Agricultura e Pescas, Gabinete do Secretário de Estado da Estruturação Agrária (1978 a 1991), Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura (1991 a 2005), Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas (2005 a 2010), Gabinete do Secretário de Estado do Mar (2011 a 2015), Gabinete do Secretário de Estado do Mar (30 de outubro a 26 de novembro de 2015).

209335253

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

Aviso n.º 1987/2016

Abertura de procedimento concursal comum para recrutamento de (1) um técnico superior, para a Divisão de Gestão Financeira e Logística, da Direção de Serviços de Administração Geral, com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado já estabelecida.

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º e no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugados com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril (adiante designada como Portaria), torna-se público que, por despacho de 4 de fevereiro de 2016 do Senhor Diretor-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, encontra-se aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação do presente aviso no *Diário da República*, para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho previsto e não ocupado na carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Para efeitos do artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014 de 26 de fevereiro, por força do artigo 265.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi ouvida a entidade gestora do sistema de requalificação (INA), que declarou a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação, cujo perfil se adequasse às características do posto de trabalho em causa, assim como por força do n.º 1 do artigo 4.º e do artigo 54.º da Portaria, se declara não estarem constituídas reservas de recrutamento próprias, presumindo-se igualmente a inexistência de reservas de recrutamento constituídas pela ECCRC, porquanto não foram ainda publicitados quaisquer procedimentos a observar nos termos do disposto no artigo 4.º e ss. da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro.

3 — O procedimento concursal destina-se à ocupação de um posto de trabalho no mapa de pessoal da DGRM, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira e categoria de Técnico Superior para a Divisão de Gestão Financeira e Logística (DGFL), da Direção de Serviços de Administração Geral e, caso se verifique a previsão do n.º 1 do artigo 40.º da Portaria, será constituída reserva de recrutamento interna pelo prazo máximo de 18 (dezoito) meses.

4 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público no 1.º dia útil seguinte à presente publicação, na página eletrónica da DGRM (www.dgrm.mam.gov.pt) a partir da data da publicação no *Diário da República* e por extrato, no prazo máximo de três dias úteis contado da mesma data, num jornal de expansão nacional.